



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **SHALON SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 1843, Sala 112 Torre – Joao Pessoa - PB, CEP 58.040-380, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.179.250/0001-00, presta serviços de terceirização de mão de obra.

OBJETO DO CONTRATO: 01 posto de Auxiliar de serviços gerais 44 horas semanais.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: A partir de 18 de novembro de 2019.

CAPACITAÇÃO: Declaramos ainda que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Recife, 20 de outubro de 2020

Aida Roberta Lemos Campos Boulitreau
Conselheira Presidente do CRP-02



CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO CRP-02
Rua Nilton Campos, 100 - Terra Amarela - Recife - PE - 51.040-000
Tabela Interim - Carlos Alberto Ribeiro Lima

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valor em reais e em
moeda digital: Dou 10.
[] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Craylian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cleora Patrícia da Silva - Escrevente Autorizado
[] Ultrapara Gomes de Lima - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021. Emprego: 5327 - FUNDEF (10%) R\$0,40 -
TSNR (20%) R\$0,73 - FUNDEB (1%) R\$0,01 - FUNSEG (2%)
R\$ 0,07 - ISS (5%) R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,38. Sem Digital
nº 5074055 JKX85202102 03798 Consulte Autenticidade em
www.tpe.br/crpfedigital

AUTENTICAÇÃO conforme com a original apresentada, válida somente para o uso digital. Confira:
[] Livro da Câmara Barros Maciel - 000000-0
[] Anderson Christian Soares de Almeida - Escrevente Autorizado
[] Coiera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Jesus Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2019. Hora: 15:27. FERC: 10%. R\$0,40 -
TSRM (20%) R\$0,72 - PERMUTUA R\$0,64 - PERSEGO (2%)
R\$ 0,07 - ISS (5%) R\$ 0,11 - TOTAL: R\$0,88 - Selo Digital
nº 00740057C105202102423761 Confira Autenticidade em
www.tribunais.org.br/selodigital

Contrato n.º 007/2019
Pregão Presencial n.º 02/2019
Proc. Adm n.º 002/2019

Contrato de Prestação de Serviços Gerais de Limpeza e Conservação no Conselho Regional de Psicologia 2ª Região, celebrado entre o CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO - CRP-02, e SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI.

Pelo presente instrumento de Contrato de prestação de serviços, de um lado, o Conselho Regional de Psicologia 2ª Região - CRP-02, com endereço na Rua Treze de Maio, n.º 47, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.100-160, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.115.516/0001-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Presidente **ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU**, brasileira, Psicóloga inscrita no CRP sob n.º 02/6280 e no CPF/MF sob o n.º 581.505.284-15, domiciliada e residente em Recife/PE, e de outro lado, **SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.179.250/0001-00, aqui denominada **CONTRATADA**, com sede na Avenida Nossa Senhora e Fatima, n.º 1843, sala 112 - Torre - João Pessoa/PB, neste ato representada por **THIAGO HENRIQUE RANGEL**, portador da Cédula de Identidade n.º 6.350.449 SSP/PE e inscrito no CPF sob o n.º 013.513.174-07, residente e domiciliado em Recife/PE, sujeitos às normas da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, aos Decretos n.ºs 3.555/00, 3.893/00, 3.931/01 e à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, IN RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que integra este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada, a contratação dos serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Este Contrato foi precedido de Pregão n.º 02/2019 - Presencial e a Proposta de 05/11/2019, apresentada pela **CONTRATADA**, que integra este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada a contratação dos serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - O presente Contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços contínuos terceirizados de Limpeza e Conservação nas dependências do Conselho Regional de Psicologia 2ª Região, em Recife/PE.

Parágrafo Primeiro - O local da prestação dos serviços será:

ESTADO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
PE	Sede do Conselho Regional de Psicologia 2ª Região, atualmente localizado na Rua Treze de Maio, 47, Santo Amaro, Recife/PE.

AUTENTICAÇÃO conforme cópia original apresentada. Válido somente o
seio digital. Do, de
[] Bruno da Câmara Santos Maciel - Substituto
[] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Lilianara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/09/2021. E-mail: R53.27 - FERNANDES@PE-450.40-
T5N6(20%) P53.73 - FERNANDES@PE-450.40-
R5 0.07 - ISS (5%) R5 0.18 - ICMS (12%) R54.85 - Selo Digital
nº 0374005 JBF0520210203703 Documento Autenticado em
www.tpe.pe.br/sistema



Parágrafo Segundo - O objeto deste Contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o Art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordos celebrados entre os contratantes, segundo o que dispõe o Art. 65, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Segunda - O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início a partir de 18/11/2019.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência poderá, no interesse da Administração, ser prorrogado, por meio de termo aditivo, limitado a 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, e, em caráter excepcional, por mais 12 (doze) meses, nos termos do § 4º do referido artigo.

Parágrafo Segundo - Os custos não renováveis, caso existentes, já pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência deste Contrato deverão ser excluídos do valor mensal devido à Contratada como condição para a prorrogação, cabendo ao Gestor do Contrato ou ao setor requisitante trazer aos autos do procedimento administrativo respectivo, para processamento, informação quando da manifestação favorável à prorrogação.

Parágrafo Terceiro - É condição, ainda, para a prorrogação, que sejam preenchidos de forma simultânea os seguintes requisitos:

- a) Os serviços terem sido prestados regularmente;
- b) A CONTRATADA não ter sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
- c) O CONTRATANTE ainda ter interesse na realização do serviço;
- d) O valor deste Contrato permanecer economicamente vantajoso para o CONTRATANTE;
- e) A CONTRATADA concordar com a prorrogação.

DO PREÇO

Cláusula Terceira - A CONTRATADA receberá do CONTRATANTE, pelos serviços executados, o valor global estimado de R\$ 25.752,42 (vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), com valor mensal de R\$ 2.146,04 (dois mil cento e quarenta e seis reais e quatro centavos), conforme proposta anexa.

Parágrafo Único - Todos os impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, seguros e demais despesas incidentes, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valido até 04/06/2021. Dou fe:
 [] Bruna de Camargo Barros Maciel - Substituto
 [] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
 [] Clécia Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
 [] Lúcia Maria Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizada
 Recife: 04/06/2021. Emissão: R\$ 12,00 - PERCHU: R\$ 40,00 -
 TSNR(20%): R\$ 7,33 - FORTM(1%): R\$ 0,04 - FUNSEG(2%):
 R\$ 0,07 - ISS (5%): R\$ 0,18 - TOTAL: R\$ 69,54 - Selo Digital
 nº 0074005 IN00520102 01/06/2021 Consulte Autenticidade em
 www.tpe.pe.br/selodigital



DO PAGAMENTO

Cláusula Quarta - A Contratada deverá, mensalmente, informar as ausências em virtude de "ausência por doença", "licença paternidade", "ausências legais" e "ausência por acidente de trabalho", bem como na ocorrência de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado.

Parágrafo Primeiro - O pagamento deverá ser efetuado pelo Núcleo Financeiro, mediante verificação de nota fiscal e fatura enviada pela CONTRATADA, devidamente atestada pela CONTRATANTE, acompanhada das seguintes comprovações que deverão ser enviadas mensalmente pela CONTRATADA:

- pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) compatível com os empregados, vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, quando se tratar de empregados da Contratada e alocados nas dependências do Contratante para execução deste Contrato;
- regularidade fiscal, mediante apresentação dos documentos de regularidade previstos nos Arts. 27, 29 e 55, XII da Lei nº 8.666/93;
- cumprimento das obrigações trabalhistas, comprovando, inclusive, o pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do respectivo pagamento do adicional de férias;
- realização da despesa referente ao fornecimento de vale-transporte e vale-alimentação, através de recibos datados e assinados pelos seus empregados,
 - a comprovação da despesa referente ao Vale-Transporte poderá, também, ser feita pela apresentação de recibo da vendedora do benefício, na conformidade do art. 21 do Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 ou, caso a Contratada utilize Vale-Transporte Eletrônico, mediante a apresentação da respectiva guia de pagamento, acompanhada do relatório emitido pelo órgão responsável pelo gerenciamento do benefício, desde que o status assinado para cada beneficiário seja "pronto para recarga" ou "recarregado totalmente";
- comprovante de cumprimento da convenção, do acordo coletivo ou da sentença normativa vigente;
- cópia da folha de pagamento analítico do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; juntamente com o comprovante nominalmente identificado de recebimento do salário dentro do prazo legal;
- demaís obrigações dispostas em outras normas em relação aos empregados vinculados ao Contrato;
- regularidade trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (art. 29, V, da Lei nº 8.666/93).



Parágrafo Segundo - Os comprovantes de que trata o Parágrafo Primeiro deverão ser correspondentes à última nota fiscal/fatura que tenha sido paga pelo Contratante. Na hipótese de se tratar da primeira nota fiscal/fatura da execução deste Termo Aditivo, deverão ser referentes ao mês faturado.

- Tratando-se de pagamentos correspondentes a última nota fiscal/fatura referente a execução deste Contrato, em razão do término da vigência do ajuste ou de rescisão contratual, além dos comprovantes de que trata o Parágrafo Primeiro, deverão ser comprovados os pagamentos aos empregados das verbas rescisórias;
- Nos casos de serviço continuado com alocação exclusiva de mão de obra, somente será considerado integralmente executado este Contrato após a comprovação, pela Contratada, do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas;
- As comprovações de que trata o Parágrafo Primeiro deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução deste Contrato;
- O número do CNPJ, constante das notas fiscais/faturas, deverá ser aquele fornecido na proposta de preço.

Parágrafo Terceiro - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da Contratada (matriz/filial) encarregado da execução deste Contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Quarto - Ocorrerá, ainda, a retenção no pagamento devido a Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta:

- deixar de cumprir as cláusulas contratuais, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

Parágrafo Quinto - A Contratada autorizará o Contratante, no momento da assinatura deste Termo Aditivo a fazer o desconto na Fatura ou Nota Fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, e a efetuar o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Quinta - Os preços contratados poderão ser revisados a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



Parágrafo Primeiro - A revisão dos preços poderá ser iniciada:

- a) Pela **CONTRATANTE**, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução da carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou
- b) Pela **CONTRATADA**, mediante solicitação ao **CONTRATANTE**, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:
 - b.1) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio deste Contrato; e
 - b.2) cópia autenticada em cartório ou original da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço

Parágrafo Segundo - Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

Parágrafo Terceiro - Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

Parágrafo Quarto - Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

DA REPACTUAÇÃO

Cláusula Sexta - Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

Parágrafo Primeiro - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- I - De data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório em relação aos custos dos materiais e equipamentos necessários à execução deste Contrato; ou
- II - De data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

Parágrafo Segundo - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

seto digital, conforme com o original apresentado. Valido somente para o uso digital, conforme com o original apresentado. Valido somente para o uso digital, conforme com o original apresentado.

[Bruto da Câmara Benito Maciel - Substituto]
[Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizada]
[Cícera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada]
[Ulisses Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizada]
Resfe: 04/06/2021 - Emol: R\$ 21 - FEE: 0,00 - ID: 40 -
TSNR(20%) R\$ 0,73 - FEE(1%) R\$ 0,04 - EIR(30%) R\$ 0,07 - ISS(5%) R\$ 0,19 - TST(1%) R\$ 0,03 - Selo Digital nº 3074505 FQ005202105 03033 Confira Autenticidade em: www.tjpe.gov.br/validar



Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA poderá exercer, na prorrogação contratual (art. 57, II, da Lei nº 6.666/1993), seu direito à repactuação da avença, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo, que fixar o novo salário normativo da categoria profissional pertinente ao contrato, até a data da prorrogação contratual subsequente. Não o exercendo de forma tempestiva e prorrogar o contrato, sem pleitear, no termo aditivo, a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

Cláusula Sétima - As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

Parágrafo Primeiro - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se formarem obrigatórios por força do instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da **CONTRATADA e neste Contrato.**

Parágrafo Segundo - Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do Contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

Parágrafo Terceiro - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

Parágrafo Quarto - O prazo referido no Parágrafo Terceiro desta Cláusula ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.**

Parágrafo Quinto - O **CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.**

Parágrafo Sexto - Na superveniência de prorrogação de vigência deste Contrato, em que não seja ressalvada expressamente o direito a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula, operará a preclusão do direito a repactuação.

Parágrafo Sétimo - O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Selo digital, Dúo fe
 Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
 Anderson Chrysdan Soares de Lima - Escrevente Autorizado
 Cleia Patrícia da Silva - Escrevente Autorizado
 Cibara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
 Inscrição 04/06/2021 - Empl. R\$2.211,00 - PIS/PASEP 1% R\$0,40 -
 TSNR(20%) R\$0,73 - FGF(1%) R\$0,04 - FUNSEC(2%)
 R\$ 0,07 - ISS(5%) R\$ 0,11 - TOTAL R\$4,46 - Selo Digital
 nº 0074005 FOF0020250 (378) - Consórcio Autorizado
 em: www.tpsdus.ri.seledigital



Parágrafo Oitavo - A empresa contratada para a prestação de serviços de remanescente de serviço tem direito a repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os preços ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula Oitava - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços ora pactuados, desde que não haja qualquer óbice legal nem fato impeditivo provocado pela **CONTRATADA**;
- b) Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências, devidamente credenciados e uniformizados;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio dos servidores indicados na **Cláusula Décima**;
- d) Analisar, para aprovação, amostra do modelo do uniforme completo a ser distribuído aos profissionais, por meio da Seção de Serviços Contínuos do **CONTRATANTE**, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem às especificações;
- e) Providenciar as renovações, repactuações, reuniões com a **CONTRATADA** e controle da documentação junto com a gestão contratual visando o fiel cumprimento deste Contrato;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como de seus aditamentos no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula Nona - Todo o pessoal utilizado na execução dos serviços deverá ser vinculado à **CONTRATADA**, única e exclusiva responsável pelo pagamento da sua remuneração, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes.

Cláusula Décima - A **CONTRATADA** ainda ficará obrigada a:

- a) Alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar sua substituição à **CONTRATADA**, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- a.1) Comunicar previamente ao **CONTRATANTE** a inclusão de novos(s) profissional(is), antes do mesmo ser encaminhado à prestação dos serviços;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Selo digital: Doc. 16
 [] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto
 [] Anderson Crystian Soares de Lima - Escrevente Autuado
 [] Cleora Patricia da Silva - Escrevente Autuado
 [] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autuado
 Recibo: 04/05/2021 - Emissão: R\$3,27 - FERRM(10%): R\$0,40 -
 TSNR(20%): R\$0,73 - FERRM(10%): R\$0,40 - FUNSEC(2%):
 R\$ 0,07 - ISS (5%): R\$ 0,16 - TOTAL: R\$4,93 - Selo Digital
 nº 031005 FMP0520100-01777 Consulte Autenticidade
 em: www.sp.br/pt/legislação



b) Substituir imediatamente, o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas em relação ao substituído, quando este não comparecer ao serviço por qualquer motivo, ou que não seja de interesse da Administração do **CONTRATANTE**, no que diz respeito a:

b.1) falta de comportamento condizente com o ambiente de trabalho, como, por exemplo, briga com colegas ou servidores do local de trabalho, apresentar-se ao trabalho alcoolizado, insistir em não usar o fardamento, entre outros;

b.2) falta de assiduidade e/ou pontualidade ao trabalho;

b.3) falta de presença nas atribuições pertinentes ao serviço;

b.4) falta de cumprimento das determinações do **CONTRATANTE**.

c) Responder por quaisquer roubos, subtrações ou atos prejudiciais, comprovadamente praticados pelos seus profissionais que venham a ocorrer no local, durante a execução dos serviços;

d) Providenciar livro de ocorrência, em que serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços;

e) Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão deste Contrato, e não utilizar o nome do **CONTRATANTE** para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;

f) Fornecer ao Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região – CRP-02:

f.1) cópia das fichas de registro contendo todos os dados pessoais dos profissionais que executarão os serviços (nome, filiação, data de nascimento, endereço, telefone para contato, número de identidade, CPF, título de eleitor, reservista, CTPS, PIS), cópia do contrato de trabalho ou da CTPS e os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) – renovados anualmente – desses profissionais, comprovantes de escolaridade, capacitação e experiência profissional, a depender da categoria, no prazo de 10 (dez) dias a contar do início deste Termo;

f.2) mensalmente, cópia dos registros de frequência dos profissionais, até, no máximo, o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços;

f.3) mensalmente, relatório constando as ausências em virtude de: "ausência por doença", "licença paternidade", "ausências legais" e "ausência por acidente de trabalho"

f.4) mensalmente, as ocorrências de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado

g) Não será permitido o uso de uniformes puidos, cerzidos ou surrados, devendo a Contratada renová-los a cada 6 (seis) meses ou, quando necessário, em prazo menor

h) Por força da previsão em acordo ou convenção coletiva a empresa deverá fornecer, mensalmente, vale-alimentação aos profissionais,

h.1) deverão ser observadas as instruções contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;

h.2) as empresas que não participam do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Autenticação conforme com o original apresentado. Válido somente o
selo digital. Dou fe
[Brasão de Armas do Brasil - Substituto]
[Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado]
[Cícera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada]
[Liliane Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizada]
Revista: 04/20/2021 Emissão: R\$3.27 - R\$3.27 - R\$0.40 -
TSN(20%): R\$0.73 - FPM(10%): R\$0.34 - FUNSEC(2%):
R\$0.07 - ISS(5%): R\$0.16 - POT(4%): R\$4.09 - Selo Digital
nº 0074026 FGF552010203783 Consultar Autenticidade
em www.psejus.br/selo digital



como do recolhimento da Contribuição Social prevista em Convenção Coletiva de Trabalho;

- m) Comunicar ao Contratante qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante neste Contrato;
- n) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de sua proposta, conforme determina o artigo 65, inciso XIII, da Lei nº 6.666/93;
- o) Assumir, integralmente e exclusivamente, a responsabilidade das obrigações decorrentes deste Contrato;
- p) Assumir danos e/ou prejuízos que ocorrerem em decorrências dos serviços contratados;
- q) Não subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto deste Contrato;
- r) Responsabilizar-se por todas as demais obrigações previstas ou que venham a ser previstas em Convenção Coletiva da categoria;
- s) Cumprir e fazer cumprir com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais requerimentos do **CONTRATANTE** e dos locais de prestação dos serviços, devendo ser disciplinados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços;

Cláusula Décima Primeira - Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pelo **CONTRATADA** serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do **CONTRATANTE**.

DAS PENALIDADES

Cláusula Décima Segunda - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as sanções fixadas a seguir:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Cláusula Décima Terceira - Na hipótese de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela adjudicatária, a esta será aplicada multa de até 1% (um por cento), sobre o

Página 10 de 17



valor da fatura de mês, por dia de descumprimento, dobrado na reincidência até 2% (dois por cento) respeitado o limite total de 20% (vinte por cento).

Cláusula Décima Quarta - A aplicação das multas a que alude este Contrato não impede que a Contratante rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93, neste Contrato e demais disposições legais.

Parágrafo Único - As multas previstas nesta Cláusula serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE.

Cláusula Décima Quinta - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais.

DA RESCISÃO

Cláusula Décima Sexta - A inexecução total ou parcial do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante formalização, e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para a rescisão:

I - Inadimplemento da CONTRATADA, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- Subcontratação total ou parcial de seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
- Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- Cometimento reiterado de faltas na sua execução, análogas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- Atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;
- Desatendimento às determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- Decretação de falência ou instauração de insolvência;
- Dissolução da sociedade;
- Alteração social, ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste Contrato;
- Descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Emissão de subscrito público, de alta segurança e ampla publicidade, disponibilizado publicamente e disponibilizado para consulta online de todos os interessados, a quem será atribuída a **CONTRATANTE**, a ser realizada no processo administrativo a que se refere este Contrato.

III - Inadimplência do **CONTRATANTE**, caracterizada nos seguintes hipóteses:

- Inexecução de serviços, sem motivo da **CONTRATADA**, que resulte em redução da valor inicial do Contrato, além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- Não observância, por parte da **CONTRATADA**, de prazo, local ou objeto para execução dos serviços, em prazos e condições.
- A suspensão de sua atuação por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, razão em caso de ordem pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente equiparadas interrupções e paralisações e outras previstas, assegurada a **CONTRATADA**, mesmo assim, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação.
- O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de emergência pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

IV - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impedindo a execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo - O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por motivo justificável, independente de qualquer intimação judicial ou extrajudicial, devendo a parte interessada na ruptura comunicar, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de rescisão contratual por descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deve verificar o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CARTÓRIO DE NOTAS DO 1º OFÍCIO DO RECEBIMENTO

Rua Hipólito Campos, 150 - São Antônio - Recife - PE - CEP 51030-000
Tribuna Intermunicipal - Carlos Alberto Ribeiro de Sá

AUTENTICAÇÃO confirma com o original eletrônico - Valida somente em meio digital. Doc 16

Bruno da Câmara Santos Mader - Escrevente
Anderson Christy Soares de Lima - Escrevente Autorizado
Cristina Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
Liliane Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021 - Valor: R\$3,27 - 120% (10%) - R\$3,92
TSN (20%) R\$0,78 - FPM (1%) R\$0,04 - FUNDEC (2%)
R\$0,07 - ISS (5%) R\$0,16 - TOTAL: R\$4,87 - São Digital
nº 0074055-8/202102 93782 Consulte Autenticidade em
www.spe.pe.br/validadigital



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Cláusula Décima Sétima - A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá por conta 6.2.2.11.01.04.04.008 - Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem R\$ 42.000,00 (Exercício 2020).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Oitava - O Foro da Justiça Federal do Recife/PE - Seção Judiciária de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente Contrato.

Cláusula Décima Nona - Aplica-se à execução do presente Contrato e, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como, na que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

E, por estarem assim, justas e de acordo, assinam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Recife, 18 de novembro de 2019

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO

Aida Roberto Lemos Campos Boulitreau

Conselheira Presidente

CPF/MF: 054.170.754-00

CONTRATANTE

Aida Roberto Lemos Campos Boulitreau
Conselheira Presidente
CRP-02/ 6.280

SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Norma Cassimiro

Norma Maria de Sousa Cassimiro

Ordenadora de Despesa - CRP-02

CPF/MF: 459.328.164-49

Norma Maria de Sousa Cassimiro
Conselheira Tesoureira
CRP-02/ 5.695

Ana Carolina Cabral Gusmão
Advogada OAB/PE nº 44.913
Assessora Jurídica - CRP-02

Nome:
CPF/MF Nº



ANEXO I

CONTRATO N.º 107/2019

TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Contratto n.° 007/2019

Objeto: Prestação de serviços contínuos terceirizados de Limpeza e Conservação nas dependências do Conselho Regional de Psicologia 2ª Região, em Recife/PE.

Por meio deste instrumento, a(nome da empresa)..... nomeia e constitui seu preposto o(a) Sr.(a)(nome do preposto)....., carteira de identidade n.º....., expedida pela inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º....., com endereço na para exercer a representação legal junto ao Conselho Regional de Psicologia 2ª Região – CRP-02 e o(a)(nome da Contratante – órgão, secretaria)..... com poderes para receber ofícios, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a Contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que importam ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionam à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Recife de Recife de

..(assinatura da empresa)..

... (nome do representante legal – confirmar poderes)...

igualdade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador...

(assinatura do proponente)



CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO

Rua Visconde Camargo, 110 - Bairro Agostini - Recife - PE - Brasil

Tabella Invernati - Carlos Alberto Flores Rivas

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valido somente pelo digital. Dou fe

- Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
 Anderson Christian Spôses de Lima - Escrevente Autorizada
 Cleora Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
 Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
 Récipe: 04/08/2021 Enrol: R\$32,70 - PERC(10%): R\$3,27
 TSN(20%): R\$6,53 - FARM(1%): R\$0,33 - FUNDEC(2%):
 R\$0,65 - ISS(5%): R\$0,16 - TOTAL: R\$40,59 - Selo Digital:
 n. 07400538706202102 037670 Ciente e Autorizado em
 www.tod.as.br/selodigital

Ana Carolina Cabral Gusmão
Advogada OAB/PE nº 44.913
Assessoria Jurídica - CRP-22



ANEXO II

CONTRATO N.º 007/2019

TERMO DE CONHECIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO SUPERVISOR/PREPOSTO

CONTRATO N.º 007/2019

_____, signatário do Contrato n.º 007/2019, e _____, designado Supervisor/Preposto pela empresa, declaramos ter conhecimento de todas as obrigações atribuídas ao Supervisor/Preposto nomeado para atuar na execução do referido contrato.

Declaramos, ainda, que o Supervisor/Preposto tem capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, o qual deverá, além de ser acessível por intermédio de telefones fixos e celulares, manter-se nas dependências do CONTRATANTE, das _____ às _____ horas, para, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.066/1993, proceder aos contatos com o representante da Administração durante a execução contratual e prestar atendimento aos profissionais em serviço, tais como:

- a) entregar contracheques, vales-transporte e vales-alimentação;
- b) acompanhar e controlar o registro de frequência;
- c) emitir relatórios e fornecê-los aos fiscais do contrato quando solicitado;
- d) desenvolver outras atividades de responsabilidade da CONTRATADA, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal, bem como realizar a emissão de relatórios e a apresentação de documentos quando solicitado;
- e) manter a ordem, a disciplina e o respeito entre os profissionais alocados na execução do contrato, devendo orientar e instruir os empregados quanto às normas e os regulamentos internos do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região – CRP-02;
- f) observar os profissionais quanto ao uso do crachá de identificação, promovendo, a correção das falhas verificadas;
- g) aplicar advertências e suspensões, procedendo à devolução às dependências da empresa dos profissionais que não cumprirem com suas obrigações e que cometerem atos de insubordinação, indisciplina ou desrespeito.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO
Rua Siqueira Campos, 100 - Bairro Jardim - Recife - PE - CEP 51030-000
Tabela de Impostos - Carlos Alberto de Almeida

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado (assinatura e selo digital) de: **Bruno de Camargo Barros Maciel - Substituto**
Anderson Chryslan Soares de Lima - Escrevente Autorizado
Cherise Patrícia da Silva - Escrevente Autorizado
Liliane Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recibo: 04/09/2019 - Empl: R\$3,27 - FÉRMEN: R\$0,40 -
T-SNR(20%) R\$0,73 - FÉRMEN(1%) R\$ 0,04 - FUNDEC(2%)
R\$ 0,07 - ISS(1%) R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,69 - Selo Digital
nº 00740087C2X05021C2 03788 Consulte Autenticidade em
www.tpejus.br/selodigital



[Assinatura]



PSICOLOGIA

h) providenciar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a substituição do empregado que não comparecer ao posto de trabalho, no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do início do funcionamento do posto de trabalho;

i) manter cadastro atualizado dos profissionais de forma que o CONTRATANTE possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo a ser coberto

Por fim, declaramos que o Supervisor será responsável por receber notificações e advertências emitidas pelo CONTRATANTE

Recife, ____ de ____ de ____

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO SUPERVISOR (PROPOSTA)

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Rua Siqueira Campos, 100 - Santa Antônia - Recife - PE - Fone: (51) 3035-6000
Tabela de honorários - Carlos Alberto Ribeiro Sousa

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente para uso digital. Cópia de:
[] Bruno de Camargo Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chryslan Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cyara Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/05/2021. Emol: R\$3,07 - FERC(10%) R\$0,30
ESNR(20%) R\$0,73 - FSRM(1%) R\$0,04 - FUNJUS(2%) R\$0,07 - IIS (5%) R\$0,18 - TOTAL R\$4,29 - Des. Digital R\$0,00
nº 0074005.02M05202102-03762 Consultar Autenticidade em: www.tje.pe.br/sistemajudicial



Ana Carolina Cabral Gusmão
Advogada OAB/PE nº 41.913
Assessora Jurídica - CRP-02

ANEXO III

FORMULÁRIO DE COBERTURA DE PROFISSIONAIS
CONTRATO N.º 607/2019

Nome do(s) pro(s) do(s) profissional

Nome do profissional que ocupa o posto de substituição

Nome do profissional que irá assumir o posto de substituição

Data da(s) substituição(s)

Horário de substituição

Motivo da substituição

Recibo de substituição de 2019

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE EFETUOU A COBERTURA]

[ASSINATURA DO SUPERVISOR]

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE
Rua Sérgio Lopes, 100 - São André - Fátima - PE - Fone (81) 3033-6000
Tribuna Interim - Carlos Alberto Ribeiro Rios

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado - Válido em todo o Brasil
[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chysson Soares de Lima - Escrevente Autorizada
[] Cicera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ultrapra Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizada
Recibo: 50052021, Emol: R\$3,27 - FEE (20%) - R\$0,40 -
TSHR (20%) - R\$0,73 - FEE (1%) - R\$0,04 - JONCE (0,5%) -
R\$ 0,07 - ISS (5%) - R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,69 - São Digital
nº 0074005, CPID5202102 03794 Consultar Autenticidade em
www.tpe.jus.br/notasdigitais



Acta Carolina Cabral Graciano
Advogada OAB/PE nº 44.913
Assessora Jurídica - CPP-02